CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Central Nacional Unimed

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

CENTRAL NACIONAL UNIMED – COOPERATIVA CENTRAL

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cooperativas Associadas

De acordo com as disposições legais, submetemos à sua apreciação as demonstrações financeiras da Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A CNU é uma cooperativa de segundo grau, dentro do Sistema Cooperativo e Empresarial Unimed, sendo o quadro associativo composto por 323 Unimeds. Atenta aos princípios cooperativistas, sua gestão é pautada pelos compromissos do Pacto Global, iniciativa das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos, trabalhistas, do meio ambiente e de combate à corrupção.

Os clientes da CNU são atendidos por cooperativas do Sistema Unimed e por prestadores credenciados. Ao longo de 2019, as singulares do Sistema Unimed receberam R$ 2.814,3 milhões em repasses atrelados aos atendimentos realizados aos beneficiários da CNU, ante R$ 2.763,5 milhões no ano anterior.

De acordo com a ANS, a CNU ocupa a sexta posição no ranking das maiores operadoras de saúde suplementar do País. Em dezembro de 2019, a CNU possuía 1.713.550 beneficiários, distribuídos por todo o território nacional, com destaque para as regiões metropolitanas de São Paulo/SP, Salvador/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, Feira de Santana/BA, Ilhéus/BA, Itabuna/BA, Manaus/AM, São Luís/MA e Brasília/DF, onde a CNU mantém, respectivamente, sua matriz e filiais.

Em 2019, o volume de Ingressos Totais cresceu 35,9%, para R$ 7.607,3 milhões (inclui coparticipação). A Sinistralidade ficou em 87,8% das contraprestações, taxa 0,8 p.p. acima do observado no exercício anterior. O Resultado Operacional ficou em R$ 138,2 milhões, pouco abaixo do observado em 2018, movimento que era esperado para o primeiro ano de absorção das carteiras da região metropolitana de São Paulo e praças da Bahia. O Resultado Líquido, por sua vez, cresceu 54,2%, para R$ 271,3.

Economia e o Mercado de Saúde Suplementar

A economia brasileira registrou baixo crescimento ao longo de 2019, encerrando o ano com crescimento de 1,1%, muito abaixo das projeções iniciais.

O mercado de trabalho registrou suave melhora, com recuo de 0,6 p.p. na taxa de desemprego medida pelo IBGE, que encerrou 2019 em 11% da PEA. Essa timidez da recuperação dos empregos e o baixo crescimento da atividade econômica limitaram o potencial de crescimento do mercado de saúde suplementar. De acordo com a ANS, o mercado de planos de saúde terminou o ano com 47 milhões de beneficiários, perda de 60 mil vidas, o equivalente a 0,13% do total.

A inflação geral, medida pelo IPCA/IBGE, ficou em 4,31%, pouco acima da meta estipulada pelo governo (4,25%), enquanto os custos médios dos serviços de saúde, subitem do próprio IPCA, e que impacta na estrutura de custos das operadoras, cresceu 7,07% no mesmo período.

No que diz respeito às taxas de juros, o Brasil experimentou novas reduções na taxa Selic ao longo do ano, tendo recuado de 6,5% a.a. no fim de 2018 para 4,5% a.a. em dezembro de 2019, o que exerce impacto nas receitas financeiras da Cooperativa.

CNU – Desempenho Econômico-Financeiro – Sem Efeitos da RN ANS 430 (Pró-forma)

O desempenho econômico abaixo apresenta os dados financeiros da CNU sem os efeitos da RN 430, que exige a apresentação dos custos assistenciais decorrentes de intercâmbio habitual como redutores das contraprestações:

Ingressos Totais	Sinistralidade	Despesas Administrativas	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	Resultado Líquido
R$ 7.607 mm	87,8%	5,8%	R$ 79,2 mm	R$ 138,2 mm	R$ 271,3 mm
+35,9%	+0,8 p.p.	-0,1 p.p.	+17,9%	-6,0%	+54,2%

Em 2019, os ingressos totais registraram alta de 35,9% e somaram R$ 7.607,3 milhões (R$ 5.598,2 em 2018) – compostos pelas contraprestações de planos de saúde, receitas com coparticipações e receitas de intercâmbio. No ano, a CNU cresceu 166.307 beneficiários, que representa 10,8% da carteira, para 1.713.550 beneficiários, enquanto o mercado registrou uma queda de 0,13%.

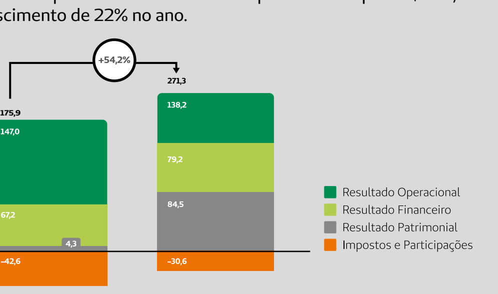
A maior participação no faturamento da Cooperativa é de contratos de planos de saúde em pré-pagamento (61% do total), seguido pelos contratos em custo operacional (17%) e as receitas de intercâmbio e coparticipação (19% e 3%, respectivamente).

A Sinistralidade ficou em 87,8% das contraprestações, taxa 0,8 p.p. acima do observado no exercício anterior, influenciada pela constituição de provisões referentes às carteiras assumidas e às vendas novas de 166 mil vidas.

As despesas administrativas consumiram 5,8% dos ingressos totais, que representa uma queda de 0,1 p.p. em relação a 2018. O principal fator de redução foi o ganho de escala com o faturamento adicionado pelas novas vidas e pelo controle efetivo na realização de despesas.

O resultado financeiro sentiu o impacto da queda da taxa de juros porém, beneficiou-se da correção monetária aplicada sobre os depósitos judicias e terminou o ano em R$ 79,2 milhões, contra R$ 67,2 milhões, em 2018. Para amenizar os impactos da redução dos juros, a Cooperativa adotou uma diversificação estratégica dos investimentos, o que permitiu alcançar a rentabilidade relativa de 113,5% CDI.

O resultado líquido alcançou R$ 271,3 milhões no ano, volume 54,2% superior ao registrado em 2018, tendo o Resultado Operacional como força motriz.
O Resultado Líquido impulsionou o Patrimônio Líquido da CNU para R$ 918,9 milhões, no fim de 2019, crescimento de 22% no ano.



CNU – Desempenho Econômico-Financeiro – Com Efeitos da RN ANS 430

O desempenho econômico abaixo apresenta os dados financeiros da CNU com os efeitos da RN 430, que classifica como redutor das contraprestações todo atendimento habitual de intercâmbio e mantém como custo assistencial somente aquele relacionado aos atendimentos eventuais de intercâmbio.

Ingressos Totais	Sinistralidade
R$ 4.078,7 mm	81,9%
+41,1%	+4,6 p.p.

Levando-se em consideração os impactos da RN 430 da ANS em 2019, as Contraprestações registraram crescimento de 41,1% e somaram R$ 4.078,7 milhões, impulsionado pelo crescimento da carteira CNU, além da ampliação das praças com atendimento direto.

No que tange as despesas assistenciais, o montante sob responsabilidade da CNU ficou em R$ 2.123 milhões, em 2019, o que representa sinistralidade de 81,9%, taxa 4,6 p.p. acima do observado em 2018.

Com relação à Margem de Solvência, calculada com base no percentual de 33% da média dos últimos 36 meses de eventos incorridos e proporcional para 2019 em relação ao total exigido, a CNU registrou cobertura de 146,7%.

São Paulo, 09 de março de 2020.

A Diretoria Executiva
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

PARECER ATUARIAL – 2019
Na qualidade de atuário responsável pela Central Nacional Unimed, registrada na ANS sob o nº 33.967-9, e de acordo com a exigência da ANS prevista no Item 6.3.10 do Anexo da Resolução Normativa n.0 322, de 27/03/2013, vimos apresentar parecer sobre as provisões técnicas constituídas com base em Notas Técnicas Atuariais de Provisões – NTAP aprovadas pela ANS, considerando a data base de 31/12/2019:
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA: calculada pelo método da razão, baseado na construção de triângulos de Run-Off, constante na Nota Técnica Atuarial.
Provisão para Remissão: calculada pela metodologia de Repartição de Capitais de Cobertura, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial aprovada pela ANS em 30/09/2011, por meio do ofício nº 3889/2011/GGAME(GEAOP)/DIOPE/ANS.
Aplicamos as metodologias previstas em nota técnica para cálculo das provisões acima especificadas, de acordo com as normas, princípios e os padrões exigidos pela Ciência Atuarial, e estimamos os seguintes valores:

	31/12/2019
PEONA	489.641.601,08
Provisão de Remissão - Benefícios Concedidos	1 0.769.089,76
Curto Prazo	4.357.388,44
Longo Prazo	6.411.701,31

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6o andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e às Cooperadas da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central
São Paulo – SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Central Nacional Unimed – Cooperativa Central ("Operadora"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da "Operadora" e sua controlada em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à "Operadora" e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da "Operadora" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da "Operadora" e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a "Operadora" e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma- membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "Operadora" e sua controlada.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "Operadora" e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas em 31 de dezembro de 2019

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2019 Controladora	2018 Controladora	2019 Consolidado
Ativo circulante		**1.711.920**	**1.547.959**	**1.711.915**
Disponível	3b	45.748	66.948	46.273
Realizáveis		1.666.172	1.481.011	1.665.642
Aplicações financeiras	3c/4	594.223	771.055	594.223
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	4	538.289	563.482	538.289
Aplicações Livres	4	55.934	207.573	55.934
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		695.041	626.418	695.041
Contraprestação pecuniária a receber	5	475.632	340.238	475.632
Participações de Beneficiários em Eventos Indenizáveis	5	29.278	-	29.278
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	5	93.256	126.691	93.256
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	96.875	159.489	96.875
Créditos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	6	264.472	33.978	264.475
Despesas diferidas		41.787	12.372	41.787
Créditos tributários e previdenciários	7	32.730	14.872	32.749
Bens e títulos a receber		23.582	21.056	23.031
Despesas antecipadas		14.336	1.261	14.336
Ativo não circulante		**880.673**	**420.182**	**878.703**
Realizável a longo prazo		**466.116**	**335.543**	**466.359**
Aplicações financeiras	3c/4	159.477	142.774	159.477
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	4	158.666	135.074	158.666
Aplicações Livres	4	811	7.700	811
Créditos tributários e previdenciários	7	37.682	24.657	37.892
Títulos e créditos a receber		25.105	22.990	25.105
Depósitos judiciais e fiscais	16	243.853	145.122	243.885
Investimentos	3g/8	**67.172**	**47.695**	**60.809**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		63.260	47.695	56.897
Participações em Instituições não Reguladas		63.260	45.753	56.897
Outros Investimentos		3.912	1.942	3.912
Imobilizado	3hg/9	**40.334**	**28.872**	**42.444**
Imóveis de uso próprio		20.154	21.089	20.154
Imobilizado de uso próprio		3.529	4.625	3.747
Imobilização em curso		15.835	-	15.835
Outras imobilizações		816	3.158	2.708
Intangível	3gi/9	**307.051**	**8.071**	**309.090**
Total do ativo		**2.592.594**	**1.968.140**	**2.590.620**

PASSIVO	Notas	2019 Controladora	2018 Controladora	2019 Consolidado
Passivo circulante		**1.195.540**	**1.007.762**	**1.196.975**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3k/10	**853.483**	**700.438**	**853.483**
Provisões de contraprestações		181.494	126.977	177.136
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	3k	177.136	123.174	177.136
Provisão para remissão	3k	4.357	3.803	4.357
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		38.490	40.395	38.490
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serv. assistenciais		143.857	194.469	143.857
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	10a	489.642	338.597	489.642
Débitos de operações de assistência à saúde		**72.220**	**195.306**	**72.220**
Contraprestação a restituir		39	23	39
Receita antecipada de contraprestações	11a	-	28.007	-
Comercialização sobre operações	11b	9.595	14.244	9.595
Operadoras de planos de assistência à saúde	3o	62.586	153.032	62.586
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	12	53.842	19.748	51.452
Provisões		40.586	14.619	40.586
Provisão para IR e CSLL		15.075	-	15.075
Provisões para Ações Judiciais		25.511	14.619	25.511
Tributos e encargos sociais a recolher	13	34.301	22.024	34.441
Obrigações com pessoal		-	-	3
Fornecedores		-	-	143
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	85.002	-	85.002
Débitos diversos	15	56.087	55.288	56.185
Conta corrente de cooperados		19	339	19
Passivo não circulante		**401.304**	**207.119**	**401.337**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3k/10	**159.147**	**128.008**	**159.147**
Provisão para remissão		6.412	5.716	6.412
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		152.735	122.292	152.735
Provisões	3j/16	**192.432**	**79.110**	**192.464**
Provisões para ações judiciais		192.432	79.110	192.464
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	**49.726**	-	**49.726**
Patrimônio líquido		**995.749**	**753.260**	**995.749**
Capital social	17a	185.493	118.092	185.493
Reservas	17b	579.284	488.835	579.284
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		579.284	488.835	579.284
Ajustes de avaliação patrimonial		**389**	**580**	**389**
Sobras à disposição da AGO	17c	**230.583**	**145.753**	**230.583**
Total do passivo		**2.592.594**	**1.968.140**	**2.590.620**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Nacional Unimed
CUIDAR DE VOCÊ.
ESSE É O PLANO.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social – Subscrito	Capital social – A integralizar	Reservas – Reserva legal	Reservas – FATES	Outras reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Sobras à disposição da AGO – Atos cooperativos	Sobras à disposição da AGO – Atos não cooperativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**107.177**	**(16)**	**174.038**	**45.834**	**141.158**	**-**	**110.522**	**-**	**578.713**
Destinação das sobras do exercício anterior conforme		-	-	-	-	-	-	-	-	-
AGO de 21 de março de 2018:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de reserva	17c	-	-	-	-	97.663	-	(97.663)	-	-
Aumento de Capital Social		12.859	-	-	-	-	-	(12.859)	-	-
(-)IRRF		(1.929)	-	-	-	-	-	-	-	(1.929)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	581	-	-	581
Sobra líquida do exercício	20	-	-	-	-	-	-	176.073	(177)	175.895
Destinação:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção pelas sobras de atos cooperativos		-	-	-	-	-	-	(4.599)	4.599	-
Para a reserva legal	17b	-	-	17.147	-	-	-	(17.147)	-	-
Para a FATES	17b	-	-	-	12.995	-	-	(8.574)	(4.422)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**118.107**	**(16)**	**191.185**	**58.829**	**238.821**	**581**	**145.753**	**-**	**753.260**
Destinação das sobras do exercício anterior conforme		-	-	-	-	-	-	-	-	-
AGO de 27 de março de 2019:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de reserva		-	-	-	-	76.000	-	(76.000)	-	-
Aumento de Capital Social		69.753	-	-	-	-	-	(69.753)	-	-
(-)IRRF		(2.126)	-	-	-	-	-	-	-	(2.126)
Movimentações de Capital:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retirada de cooperada		(225)	-	-	-	-	-	-	-	(225)
Movimentações de Reservas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de Reserva de Contingência		-	-	-	-	(26.242)	-	-	-	(26.242)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	(192)	-	-	(192)
Sobra líquida do exercício	20	-	-	-	-	-	-	313.202	(41.928)	271.274
Destinação:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção pelas sobras de atos cooperativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para a reserva legal	17b	-	-	27.127	-	-	-	(27.127)	-	-
Para a FATES	17b	-	-	-	13.564	-	-	(13.564)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**185.509**	**(16)**	**218.312**	**72.393**	**288.579**	**389**	**272.511**	**(41.928)**	**995.749**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados (sobras e perdas)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (em milhares de reais)

	Notas	2019 Controladora	2018 Controladora	2019 Consolidado
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		**4.078.716**	**2.891.215**	**4.078.716**
Receitas com operações de assistência à saúde		4.175.518	2.949.663	4.175.518
Contraprestações líquidas	3p/vi	4.176.768	2.951.953	4.176.768
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3k	(1.250)	(2.290)	(1.250)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	19b	(96.802)	(58.448)	(96.802)
Eventos indenizáveis líquidos		(3.341.772)	(2.234.723)	(3.341.772)
Eventos conhecidos ou avisados	19c	(3.190.727)	(2.232.023)	(3.190.727)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	3k/19	(151.045)	(2.700)	(151.045)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**736.944**	**656.492**	**736.944**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**3.545**	**3.350**	**3.545**
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	19d	**504.579**	**178.074**	**505.885**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		439.876	176.051	440.913
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual-Assistência Médico-Hospitalar		61.777	-	61.777
Outras receitas operacionais		2.926	2.023	3.194
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		-	-	(292)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	19e	**(144.356)**	**(60.373)**	**(144.356)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(131.084)	(73.983)	(131.084)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(11.446)	(2.452)	(11.446)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.826)	16.062	(1.826)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	19f	**(373.483)**	**(168.954)**	**(379.185)**
Resultado bruto		**727.230**	**608.589**	**722.542**
Despesas de comercialização	11b	**(141.294)**	**(122.428)**	**(141.294)**
Despesas administrativas	19g	**(447.738)**	**(339.194)**	**(455.785)**
Resultado Operacional, antes do resultado financeiro e patrimonial		**138.198**	**146.968**	**125.463**
Resultado financeiro líquido	1h	**79.175**	**67.245**	**79.178**
Receitas financeiras		103.704	71.727	103.712
Despesas financeiras		(24.530)	(4.482)	(24.536)
Resultado patrimonial	19i	**84.484**	**4.283**	**110.236**
Receitas patrimoniais		101.999	4.440	110.236
Despesas patrimoniais		(17.514)	(157)	-
Resultado antes dos impostos e participações		**301.857**	**218.495**	**297.362**
Imposto de renda	3m/19i	(12.802)	(23.477)	(12.802)
Contribuição social	3m/19i	(4.831)	(8.537)	(4.831)
Participações no resultado	3a	(12.950)	(10.586)	(12.950)
Sobra líquida do exercício		**271.274**	**175.895**	**284.294**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
(Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018)

	Nota	2019	2018	Consolidado
Sobra líquida do exercício		271.274	175.895	271.274
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - Valor Bruto		589	880	589
(-) Deduções de Impostos (34%)		(200)	(299)	(200)
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários - líquidos	4	389	581	389
Resultado abrangente		**271.663**	**176.476**	**271.663**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)
(Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018)

Descrição	2019 Controladora	2018 Controladora	2019 Consolidado
Atividades Operacionais			
Recebimentos de Plano Saúde (+)	5.808.654	4.602.431	5.809.839
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	4.421.211	3.618.341	4.421.211
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras (+)	12.988	10.560	12.988
Outros Recebimentos Operacionais (+)	413.842	371.904	416.025
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	(5.197.172)	(4.158.183)	(5.201.771)
Pagamentos de Comissões (-)	(164.790)	(79.552)	(164.790)
Pagamentos de Pessoal (-)	(112.209)	(83.604)	(114.045)
Pagamentos de Pró-Labore (-)	(6.546)	(1.071)	(6.546)
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	(184.033)	(163.051)	(186.953)
Pagamentos de Tributos (-)	(209.763)	(141.400)	(211.450)
Pagamentos de Processos Judiciais (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(38.115)	(62.188)	(38.115)
Pagamentos de Aluguel (-)	(3.619)	(3.715)	(3.619)
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	(7.411)	(2.937)	(7.411)
Aplicações Financeiras (-)	(4.379.047)	(3.662.186)	(4.379.047)
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(266.301)	(188.674)	(275.618)
Caixa Liquido das Atividades Operacionais	**87.689**	**56.675**	**70.698**
Atividades de Investimento			
Recebimentos de Dividendos (+)	10	-	10
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	(6.299)	(7.649)	(6.429)
Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível (-)	(208.966)	(2.410)	(208.966)
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas (-)	(22.506)	-	(22.506)
Caixa Liquido das Atividades de Investimento	**(237.761)**	**(10.059)**	**(237.891)**
Atividades de Financiamento			
Integralização Capital em Dinheiro (+)	-	-	17.448
Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)	149.430	-	149.430
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(20.557)	(97)	(20.557)
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)	-	(6.737)	-
Caixa Liquido das Atividades de Financiamento	**128.873**	**(6.834)**	**146.321**
Variação Liquida de Caixa	**(21.200)**	**39.782**	**(20.872)**
Caixa Saldo Inicial	66.948	27.166	67.145
Caixa Saldo Final	45.748	66.948	46.273
Ativos Livres no início do período	215.272	124.367	215.272
Ativos Livres no final do período	56.744	215.272	56.745
(Diminuição)/aumento nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(158.528)	90.905	(158.528)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Nacional Unimed - Cooperativa Central ("Central Nacional Unimed" ou "Operadora") é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, situada em São Paulo na Alameda Santos, nº 1.826, constituída e regida de acordo com a legislação específica das sociedades cooperativistas. Tem por objetivos principais a operação de planos privados de assistência à saúde, a instituição de uma câmara de compensação nacional e a orientação para a criação, o desenvolvimento e a interação de um sistema cooperativo de operadoras de planos privados de assistência à saúde, em todo o território nacional. A Operadora possui 323 cooperadas em 31 de dezembro de 2019 e 326 em 2018.

A Central Nacional Unimed - Cooperativa Central é controladora da "Unimed Administração e Serviço Ltda. "UAS".

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, a Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71), assim como aspectos relacionados à Lei 6.404/76 e à Lei 11.638/07.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN nº 435/18, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2004/2017 que estabelece critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações financeiras, de avaliação e informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para a entidade cooperativa. A Interpretação dispõe sobre o tratamento contábil decorrente de atos cooperativos e atos não cooperativos, que foram denominados ingressos/dispêndios e receitas/custos/despesas e consolidam o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura da demonstração de resultados, que passou a ser denominada demonstração de sobras e perdas. As determinações contidas nesta interpretação se aplicam a todo tipo de cooperativa, no que não for conflitante com as determinações de órgãos reguladores. As informações adaptadas aos padrões de apresentação preconizados pelo CFC estão apresentadas na Nota Explicativa nº 19.

a) Bases para a Consolidação

As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Unimed Administração e Serviço Ltda. na qual a Operadora detém 100% de participação, em 31 de dezembro de 2019, sendo que as demonstrações estão identificadas como controladora e consolidado. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas acima, segundo a natureza de cada saldo, obedecendo ao disposto no CPC 36 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, obedecendo os seguintes critérios:

i) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação, bem como e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação.

ii) Eliminação do investimento relevante na proporção 100% de seu respectivo patrimônio.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 09 de março de 2020.

2.1. Base para mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Operadora é o real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se no próximo período contábil:

- Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 3i e 10 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
- Nota 3j e 15 - Provisões judiciais
- Nota 9c - Intangível

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração das sobras ou perdas
O regime de apuração de sobras e perdas é o de competência. As receitas com contraprestações de contratos com preços preestabelecidos foram apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - "pró-rata" dia do período de cobertura de cada contrato, a partir de seu primeiro dia de vigência.

As receitas com contratos firmados na modalidade "pós-estabelecido", correspondente ao ressarcimento dos eventos já comunicados, são reconhecidas no mês em que os custos foram avisados, a crédito da conta "Contraprestações líquidas". Quando da emissão da fatura, o registro é revertido, e o valor total faturado, incluindo a taxa de administração, é reconhecido como receita de contraprestações de operações de assistência à saúde.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos no momento em que são avisados pelas cooperativas Unimed (intercâmbio) e pelos prestadores de serviços assistenciais.

As despesas diferidas referem-se a agenciamentos e são registradas quando incorridas e apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses. As comissões mensais incidentes sobre as contraprestações emitidas são registradas como despesas do período.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

b. Disponível
Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Disponível".

c. Aplicações financeiras
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias destacadas. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo valor investido, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Operadora compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde).

Valor justo
Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço.

Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (ii) As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

d. Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução do valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda do valor é revertida e registrada no resultado.

e. Créditos de operações com planos de assistência à saúde
Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos e individuais. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou PCNG (passivo circulante), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

f. Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde
A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber foi constituída a partir da avaliação das bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, sendo o montante considerado suficiente pela Administração.

g. Investimentos
Os investimentos representados por participações em (i) controladas - quando a Companhia exerce controle, ou seja, quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida; (ii) coligadas - nos quais há influência significativa nas deliberações da Administração; são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo.

h. Imobilizado
Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por impairment, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado. Imóvel adquirido em 2011 tem vida útil estimada de 32,5 anos, imóvel adquirido em 2014 tem vida útil estimada de 47,5 anos e os demais imóveis, 31 anos; móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos, de 5 anos.

i. Intangível
O intangível da cooperativa tem vida útil definida e é formado por licença de softwares que são amortizados pelo método linear, pelo prazo de sua vida útil. O principal software será amortizado em 10 anos e pelo ativo relacionado a combinação de negócios que foi registrado pelo valor justo de transferência e será amortizado por 20 anos, prazo de vigência do contrato.

j. Impairment de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos como objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas do CPC 01 (R1).

k. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

A provisão para contribuições não ganhas (PCNG) compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, conforme período de cobertura de risco "pró-rata" dia, relativamente ao período iniciado e não decorrido. Os valores são constituídos no passivo e são apropriados ao resultado conforme vigência da cobertura de risco.

A Provisão de eventos a liquidar para o SUS abrange os ressarcimentos ao SUS que são notificados à Operadora e ainda não cobrados pela ANS, multiplicados pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABIs emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência.
Abrange também o valor total cobrado e não pago pela Operadora, relativo a débitos inscritos em Dívida Ativa ou não, atualizados com multa, juros e encargos legais até o último dia útil do mês de referência. Os valores de ressarcimento ao SUS a serem registrados são disponibilizados mensalmente na página da ANS na rede mundial de computadores.

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados pelas Cooperativas Unimed e prestadores de serviços médicos até a data do encerramento do exercício.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços de saúde. A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como "triângulos de run-off", que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, líquidos de glosas, observado o período de 24 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão para remissão (provisão para benefícios a conceder) é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde.

l. Ativos e passivos contingentes (Provisões)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, exceto pelas contingências relacionadas a eventos, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável, e reconhecidos no balanço apenas quando transitado em julgado.

Passivos contingentes - são constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes fiscais e trabalhistas classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas; os passivos contingentes cíveis quando classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os classificados como perda remota não são divulgados.

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - atos não cooperativos
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R$ 240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n. Benefícios aos empregados
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados assistência médica, seguro de vida em grupo, previdência complementar, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche ou auxílio babá, plano odontológico, estacionamento, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós-graduação, MBA e mestrado, vale-transporte ou ônibus fretado, participação nos resultados, convênio farmácia, convênio academia e empréstimo pessoal. Em 2019, a política de benefícios culminou no pagamento do montante de R$ 50.085 (R$ 39.891 em 2018).

o. Plano de complementação de aposentadoria
A Cooperativa mantém com a Unimed Seguradora S.A., em favor de seus Diretores, um plano de previdência privada, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). O benefício consiste em uma renda mensal temporária, pelo prazo de 12 meses, a partir do término do mandato dos diretores. O plano é de contribuição definida e o valor da renda mensal é calculado com base no montante dos recursos acumulados nas reservas matemáticas formadas pelas contribuições aportadas. As contribuições mensais realizadas no exercício totalizaram R$ 1.140 (R$ 1.146 em 2018).

p. Gerenciamento de riscos
A Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance têm como responsabilidade acompanhar, monitorar e controlar os riscos, bem como identificar as oportunidades que afetam diretamente as operações da Central Nacional Unimed.

O gerenciamento de risco é um processo que envolve todos os níveis da Central Nacional Unimed, considerando o estabelecimento de estratégias, a identificação de eventos em potencial que podem afetá-las, bem como a administração dos riscos de modo a mantê-los compatíveis ao apetite a risco da Operadora.

A comunicação com a Organização é realizada por meio de políticas e procedimentos, os quais são disponibilizados aos funcionários na intranet da Central Nacional Unimed.

RISCO DE MERCADO

Definição
Risco de Mercado é a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. No que tange a aplicações, o risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Operadora ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para obrigações com contratos de investimentos (títulos da dívida, títulos privados e outras modalidades constantes na carteira de investimentos).

Tratamento
O risco de mercado é monitorado de forma periódica pela Central Nacional Unimed através de comitês para controle e deliberações em relação aos resultados, ao cenário político-econômico e ao atendimento da política de investimentos estabelecida pela Operadora, que define níveis mínimos de investimentos em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e transparência na gestão dos recursos disponíveis.

RISCO OPERACIONAL

Definição
Risco operacional é definido como possível evento cuja ocorrência acarrete ou possa acarretar em falha ou demora em processos internos (procedimento/pessoal/TI), gerando insatisfação ou perda de clientes e/ou de informações.

TRATAMENTO

O processo de gestão qualitativa dos riscos é conduzido pela Gerência de Riscos e Controle Interno e está estruturado da seguinte forma:

(i) Mapeamento dos riscos
A identificação dos riscos é efetuada pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance e validada pelos gestores responsáveis e a Alta Administração.

(ii) Classificação dos riscos
Os riscos identificados na fase do mapeamento são alocados em uma categoria, de acordo com os critérios de classificação previamente acordados e validados pela Administração.

(iii) Avaliação dos riscos
A avaliação dos riscos permite que a Administração considere até que ponto os eventos elencados na fase de identificação de riscos podem impactar a realização dos objetivos. Para avaliar os riscos identificados e classificados, utilizam-se as métricas de impacto e probabilidade, as quais foram desenvolvidas tendo como base as informações financeiras da Central Nacional Unimed.

(iv) Avaliação dos controles
A Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pela avaliação dos controles associados aos riscos, os quais são efetuados com base em critérios qualitativos.

(v) Estabelecimento de planos de ação
São estabelecidos planos de ação para os casos onde seja identificada a ausência ou insuficiência de controles e/ou riscos representativos não aceitos pelo comitê de riscos. Estes planos de ação contemplam a ação a ser implementada, o responsável pela implementação e a data de conclusão. A Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pelo monitoramento dos planos de ação e reporte para todas as partes interessadas.

Risco de crédito

Definição
O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras.

Central Nacional Unimed

TRATAMENTO

O gerenciamento do risco de crédito visa atender aos padrões, políticas e procedimentos específicos que incluem o monitoramento da exposição em ativos de risco de crédito com relação às contrapartes. As análises dessas instituições são realizadas por agências de classificação de riscos de crédito que operam no País, para acompanhamento das instituições financeiras do portfólio da Operadora.

Adicionalmente, o risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados, devido a inadimplemento de clientes, é minimizado pela concentração de recebimentos na modalidade de pré-pagamento e diversificação da carteira.

Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de aplicações da Operadora estava alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

	2019		2018	
Nota	Valor	Part. %	Valor	Part. %
AAA	22.380	2,97%	21.541	2,36%
AA	43.663	5,84%	24.626	2,70%
A	52	0,01%	32.983	3,61%
BBB	54	0,01%	43.129	4,72%
B	40	0,01%	38	-
Subtotal	**66. 189**	**8,83%**	**122.317**	**13,39%**
Risco soberano (letras financeiras do tesouro)	101.295	13,44%	96.829	10,60%
Sem classificação				
Título de Capitalização	199	-	200	-
Fundo de Investimento	586.017	77,73%	694.484	76,01%
Subtotal	**687.511**	**86,61%**	**791.513**	**86,61%**
Exposição ao risco de crédito de aplicações financeiras	**753.700**	**100,00%**	**913.830**	**100,00%**
Contraprestações e intercâmbio a receber	**959.513**	**-**	**660.395**	**-**
Total de exposição ao risco de crédito	**1.713.212**	**-**	**1.574.225**	**-**

RISCO LEGAL

Definição
O Risco Legal está relacionado a possível evento cuja ocorrência represente ou possa representar práticas incoerentes com normativos estabelecidos (internos ou externos), boas normas de conduta, princípios de governança, ética, bem como favoreça ou possa favorecer eventos de fraudes.

TRATAMENTO

A Operadora, através da área Jurídica, acompanha a realização e a formatação dos contratos firmados, bem como a revisão e a atualização periódica da documentação. Adicionalmente, por meio das áreas Jurídica e de Riscos, acompanha permanentemente as mudanças relacionadas à legislação.

RISCO DE LIQUIDEZ

Definição
Risco de Liquidez está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

TRATAMENTO

A Operadora mantém uma política de investimento atualizada para tomada de decisões. Nessa política estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos. A ferramenta de apoio utilizada para manter a liquidez fica condicionada à projeção do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, sendo utilizado modelo de comparação histórica entre os ciclos operacionais realizados num período mínimo de 90 dias.

APLICAÇÕES

Liquidez	2019	% Carteira	2018	% Carteira
Imediata	35.166	4,66%	760.510	83,24%
De 1 a 30 dias	38.451	5,10%	6.160	0,67%
De 31 a 120 dias	558.609	74,10%	73	-
De 121 a 240 dias	1	0,00%	4.119	0,45%
De 241 a 360 dias	12.145	1,59%	193	0,02%
Acima de 360 dias	109.328	14,55%	142.774	15,61%
Total	**753.700**	**100,00%**	**913.829**	**100,00%**

CASAMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS (ALM)

	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 7 anos	Total	Consolidado
Disponível	45.478	-	-	45.478	46.272
Aplicações financeiras	586.022	58.350	109.328	753.700	753.700
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	695.041	-	695.041	695.041
Créditos de oper. de assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da Operadora	-	264.472	-	264.472	264.475
Depósitos judiciais e fiscais	243.853	-	-	243.853	243.885
Bens e títulos a receber	-	23.582	25.105	48.687	48.136
Total dos ativos financeiros	**875.353**	**1.041.445**	**134.433**	**2.051.231**	**2.051.509**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	489.642	516.577	6.411	1.012.630	1.012.630
Contraprestações a restituir	-	39	-	39	39
Comercialização sobre operações	-	9.595	-	9.595	9.595
Débitos de oper. de assist. à saúde não relacion.	-	53.842	-	53.842	51.452
Tributos e contribuições a recolher	-	34.301	-	34.301	34.441
Total dos passivos financeiros	**489.642**	**614.354**	**6.411**	**1.110.407**	**1.108.157**

Definição
Risco de Subscrição está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar em uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido.

CONCENTRAÇÃO DE RISCOS

A carteira está composta por sua maioria em contratos coletivos e preestabelecidos, conforme apresentado abaixo:
(Em milhares de Reais)

	2019	2018	
Modalidade de Preço	**5.194.866**	**4.506.974**	**%**
Pós-Estabelecido	1.381.100	1.082.410	28%
Preestabelecido	3.813.766	3.424.564	11%
Corresponsabilidade Cedida RN 430	(1.018.098)	(1.555.021)	
Total Contraprestações	**4.176.768**	**2.951.953**	

TRATAMENTO

A Operadora precifica de forma estimada a projeção de eventos no futuro, tendo como base os históricos das operações. Utilizam-se como incremento aos valores apurados as devidas correções monetárias, os impactos legislativos (novas edições do Rol de Procedimentos publicados pela ANS), o impacto nos custos devido aos reajustes nos honorários médicos e uma inflação médica dos insumos hospitalares (diárias, taxa de sala, taxa de equipamentos, material, medicamentos etc.), além de levar em consideração distribuição etária, sexo, grau de dependência e região geográfica da população cotada.

Mensalmente, são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.
Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.
O teste de sensibilidade abaixo apresenta impacto no resultado e no patrimônio líquido em função de uma variação nos eventos de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

Teste de sensibilidade – Impacto no resultado e no patrimônio líquido em 2019

	Contraprestações Líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	R$	Impacto DRE	-5p.p.	R$	Impacto DRE
Preestabelecido	3.813.766	80%	3.067.389	85%	3.258.078	(190.688)	75%	2.876.701	190.688
Impacto no Patrimônio Líquido*						**(169.468)**			**169.468**

*Para a apuração do imposto de renda sobre o patrimônio líquido, considerou-se a incidência de imposto à alíquota de 34% sobre a parcela dos atos não cooperativos (32,73%).
Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Desta forma, não sensibilizamos este item para efeito de divulgação. Em 2019, o total de contraprestações com preço pós-estabelecido foi de R$ 1.841.610 e o total de eventos foi de R$ 1.601.946.

q. Normas ainda não adotadas
As normas que estão descritas a seguir somente serão adotadas pela Central Nacional Unimed quando forem referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, o que não ocorreu até o fechamento destas demonstrações financeiras, e para as quais a Cooperativa ainda está avaliando os impactos.

RN nº 442/2018
Em 20 de dezembro de 2018, a Resolução Normativa RN nº 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas no mercado de operadoras de planos de assistência à saúde, através da Resolução Normativa RN nº 442, foi alterada, passando a instituir: (i) a constituição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde, que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora; (ii) a constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada.

A referida resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, e os impactos decorrentes da aplicação da referida Norma, são os que se seguem:
- Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, conforme as informações disponibilizadas pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS), referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS), haverá a necessidade de registro de provisão, a partir de janeiro de 2020, com o impacto de aproximadamente 1,63% do Patrimônio Líquido, no exercício seguinte aos dessas demonstrações.

- Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC – A Companhia procedeu ao cálculo da referida provisão de acordo com os requerimentos da RN 442/18 e não foi identificado insuficiência. Portanto, nenhuma provisão será constituída.

IFRS 17 – Contrato de Seguros
A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2021. A norma será aplicável à Central Nacional Unimed apenas quando referendada pela ANS.

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		2019				2018
Valor justo por Meio do Resultado:	Nível de hierarquia do valor justo	Valor do custo amortizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	17	-	17	17	31.024
Operações compromissadas	2	21.503	-	21.503	21.502	1.804
Quotas de fundos de investimentos	2	587.778	-	587.778	586.021	694.484
Letras Financeiras	2	619	-	619	616	10.411
Total		**609.917**	**-**	**609.917**	**608.156**	**737.723**
Disponível para venda:						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	415	-	415	414	40.488
Debêntures	2	3.200	389	3.589	3.165	6.122
Demais investimentos*	2	195	-	195	195	200
Total		**3.811**	**389**	**4.200**	**3.774**	**46.810**
Mantidos até o vencimento						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	34	-	34	34	4.151
Debêntures	2	29.688	3.196	32.884	29.232	27.996
Letras Financeiras	2	11.466	2.087	13.553	11.209	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2	64.289	(4)	64.284	60.669	57.595
Notas do Tesouro Nacional	2	41.029	4.106	45.135	40.625	39.234
Total		**146.505**	**9.385**	**155.890**	**141.769**	**128.976**
Total das aplicações		**760.233**	**9.774**	**770.007**	**753.700**	**913.509**

*Tratam-se de títulos correspondentes a Título de Capitalização e Poupança.
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento. A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:

-Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
– Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Movimentação das aplicações financeiras	2019	2018
Saldo no início do exercício	**913.829**	**783.068**
Aplicações	3.904.967	3.343.529
Resgates	(4.108.703)	(3.256.564)
Rendimento	54.395	60.269
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(10.788)	(16.473)
Saldo no fim do exercício	**753.700**	**913.829**

Parte dos saldos das aplicações é utilizada pelo regulador como garantia de lastro das provisões técnicas. A garantia financeira corresponde aos ativos disponíveis para lastrear as provisões de eventos a liquidar em aberto e que tenham sido avisados há mais de 30 dias, conforme os critérios dispostos nas Resoluções Normativas nº 227/10 e 392/15, que regulamentam o procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde.

Garantia das provisões técnicas	Nota	2019	2018
Ativos garantidores			
Títulos de renda fixa – privados		595.660	601.727
Ativos vinculados		486.179	499.132
Ativos não vinculados		109.481	102.595
Títulos de renda fixa – públicos		101.294	96.829
Ativos vinculados		101.294	96.829
Total		**696.954**	**698.556**
Provisões técnicas			
Provisão para remissão		10.769	9.519
Provisão de eventos ocorridos e não avisados		489.642	338.597
Provisão de eventos a liquidar e Provisão SUS		252.454	357.156
(-) Depósitos judiciais – eventos	16	(136.769)	(93.993)
Total		**616.096**	**611.279**

5 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2019	2018
Faturas a receber das contraprestações dos planos de assistência à saúde	479.893	343.313
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(4.261)	(3.074)
Contraprestação pecuniária a receber	**475.632**	**340.239**
Participação dos beneficiários em eventos	29.414	12.053
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(135)	(114)
Participação dos beneficiários em eventos	**29.279**	**11.939**
Contraprestações a faturar*	96.661	147.495
Outros créditos	217	57
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(2)	(2)
Outros créditos de operações de planos de saúde	**96.876**	**147.550**
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida	93.255	126.701
(-) Provisão para perdas sobre créditos	-	(10)
Operadoras de planos de assistência à saúde	**93.255**	**126.691**
Total	**695.041**	**626.418**

*Contraprestações a faturar - Referem-se aos gastos incorridos com a utilização dos planos de assistência à saúde dos contratos da modalidade de preço "pós-estabelecidos" já avisados, mas cujo valor ainda não foi faturado às empresas contratantes. A provisão desses valores possibilita o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas conforme critério descrito na Nota Explicativa nº 3a.

a. Idade dos saldos

Créditos com operações com planos de saúde	2019	2018
A vencer	463.657	485.915
Vencidos de 1 a 30 dias	40.250	45.722
Vencidos de 31 a 60 dias	25.754	12.353
Vencidos de 61 a 90 dias	17.312	8.845
Vencidos há mais de 90 dias	152.466	76.783
Subtotal	**699.439**	**629.619**
Provisão para perdas sobre créditos	(4.399)	(3.200)
Total	**695.041**	**626.418**

A Companhia mantém nota técnica atuarial para mensuração e constituição da provisão para perdas sobre crédito. A carteira de clientes é predominada por contratos corporativos e os prazos de recebimento são diversificados. O prazo de vencimento, quando diferenciado, é observado na formatação do preço.
Em 2019, a companhia aumentou seus ingressos totais em 35,9%, impulsionada pela ampliação das praças de atuação, abrangendo os estados da Bahia e de São Paulo

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

a. Composição do Saldo

	2019	2018	Consolidado
Intercâmbio Eventual*	237.934	29.242	237.934
Receita de prestação de serviços não relacionados a Plano de Saúde	-	-	3
(-) Provisão para perdas sobre créditos	8.305	4.396	8.305
Operadoras de planos de assistência à saúde	**229.629**	**24.846**	**229.632**
Intercâmbio a Faturar	**34.843**	**9.132**	**34.843**
Total	**264.472**	**33.978**	**264.475**

b. Idade dos Saldos

	2019	2018	Consolidado
A vencer	136.954	7.856	136.957
Vencidos de 1 a 30 dias	36.634	9.954	36.634
Vencidos de 31 a 60 dias	30.782	3.475	30.782
Vencidos de 61 a 90 dias	23.230	877	23.230
Vencidos há mais de 90 dias	45.177	16.212	45.177
Sub Total	**272.777**	**38.374**	**272.780**
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(8.305)	(4.396)	(8.305)
Total	**264.472**	**33.978**	**264.475**

*Intercâmbio a receber - Refere-se a valores a receber de cooperativas singulares e federações, relativos a atendimentos prestados aos seus usuários.
Com a aquisição de negócio detalhada na Nota Explicativa nº 9, o volume de intercâmbio, que passou a abranger o estado de São Paulo, aumentou de forma significativa.

7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a. Composição do Saldo

	2019	2018	Consolidado
Curto prazo			
IRRF sobre serviços	5	3	23
IRRF sobre aplicações financeiras	15.372	6.453	15.372
IRPJ e CSLL	2.882	775	2.882
PIS e COFINS a compensar	5.355	4.180	5.355
Contribuição Social	7.100	3.421	7.100
ISS	4	-	4
Outros	2.012	40	2.012
Total	**32.730**	**14.872**	**32.749**
Longo Prazo			
IRF pro órgãos públicos	31.849	19.802	31.849
IRRF s/ aplicações financeiras	5.833	4.855	5.833
IRPJ e CSLL	-	-	210
Total	**37.682**	**24.657**	**37.892**

b. Movimentação de créditos tributários e previdenciários

	2019	2018	Consolidado
Curto prazo			
Saldo no início do exercício	**14.872**	**20.314**	**14.891**
Constituição	45.181	34.646	45.181
Atualização Monetária	-	128	-
Compensações	(27.323)	(40.216)	(27.323)
Saldo no fim do exercício	**32.730**	**14.872**	**32.749**
Longo prazo			
Saldo no início do exercício	**24.657**	**25.364**	**25.053**
Constituição	28.828	8.316	29.094
Atualização Monetária	-	66	6
Compensações	(15.803)	(9.089)	(15.803)
Saldo no fim do exercício	**37.682**	**24.657**	**38.349**

8 - INVESTIMENTOS

Informações das Investidas e Controladas

	Unimed Participações Ltda (i)		Unio Tecnologia (ii)		Unimed Administração e Serviços (iii)		Outros investimentos		Total - Controlada		Consolidado
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
a. Informações sobre:											
Capital social	477.597	436.097	30.441	-	9.343	9.343	-	-	517.381	465.521	508.038
Capital social em quotas	1.169.178.056	1.119.178.129	30.441.440	-	934.315	934.315	-	-	1.200.553.811	1.120.132.525	1.199.619.496
Quantidade de quotas de propriedade da Operadora	49.085.291	43.402.766	6.088.288	-	934.315	744.771	-	-	56.107.894	44.147.537	55.173.579
Total do ativo	1.141.235	1.000.272	38.315	-	7.830	3.499	-	-	1.187.380	1.035.054	1.179.550
Total do passivo circulante e não circulante	47.839	73.070	789	-	1.467	7.172	-	-	50.095	423.696	48.627
Receitas	169.656	110.480	864	-	14.033	2.380	-	-	184.553	115.471	170.520
Patrimônio líquido	1.093.396	927.202	37.498,21	-	6.363	(3.672)	-	-	1.137.258	923.218	1.130.895
Resultado do exercício	158.062	97.763	(28)	-	(4.495)	(7.772)	-	-	153.540	89.720	158.034
b. Informações sobre os investimentos:											
Quantidade de ações /quotas possuídas	49.085.291	43.276.907	6.088.288	-	934.315	744.771	-	-	-	-	-
Porcentagem de participação	4,20%	3,87%	20%	-	100%	79,71%	-	-	-	-	-
Saldo no início do exercício	**38.268**	**31.437**		**-**	**7.455**	**7.455**	**1.972**	**1.972**	**47.695**	**40.864**	**40.240**
Aquisição de quotas	2.587	2.410	10.963		16.418		1.970	-	31.938	2.410	15.520
Resultado da equivalência patrimonial	5.049	4.421	-	-	(17.510)	-	-	-	(12.461)	4.421	5.049
Saldo de investimento no fim do exercício	**45.904**	**38.268**	**10.963**	**-**	**6.363**	**7.455**	**3.942**	**1.972**	**67.172**	**47.695**	**60.809**

(i) A CNU detém 4,20% do capital da Unimed Participações, possibilitando assim a participação no G20, grupo responsável pelo direcionamento estratégico daquela companhia.
(ii) Em 30 de abril de 2019, a operadora adquiriu parte do capital da Unio Soluções em Tecnologia Ltda. O capital da Unio é dividido igualmente entre cinco sócias que são responsáveis pelo direcionamento estratégico da companhia. A sociedade, sediada em Vitória-ES, tem por finalidade desenvolver soluções em tecnologia no ramo de saúde suplementar.
(iii)Em 2019, a CNU passou a ter 100% do capital da Unimed Administração e Serviços - UAS, passando a ter o controle da companhia. Apesar de manter a maior parte do capital da UAS em 2018, naquele ano, o controle da companhia era compartilhado com as demais sócias.

9 IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

a. Composição do saldo	2019 – Controladora Custo	Depreciação/ Amortização	Saldo	2018 – Controladora Custo	Depreciação/ Amortização	Saldo	Saldo 2019 Consolidado
Imóveis de uso próprio não hospitalares	**32.203**	**(12.049)**	**20.154**	**32.203**	**(11.114)**	**21.089**	**20.154**
Edificações	32.203	(12.049)	20.154	32.203	(11.114)	21.089	20.154
Imobilizado de uso próprio não hospitalares	**38.560**	**(18.381)**	**20.179**	**24.736**	**(16.953)**	**7.783**	**22.290**
Móveis e utensílios	4.013	(2.635)	1.378	4.029	(2.414)	1.615	1.477
Veículos	330	(167)	163	609	(352)	257	163
Equipamentos de processamento de dados	15.370	(14.073)	1.297	14.994	(13.036)	1.958	1.330
Máquinas e equipamentos	1.275	(585)	690	1.253	(458)	795	777
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.741	(925)	816	1.732	(693)	1.039	2.708
Imobilizações em curso	15.835	-	15.835	2.119	-	2.119	15.835
Intangível	**340.881**	**(33.829)**	**307.051**	**27.876**	**(19.805)**	**8.071**	**309.090**
Software	37.429	(22.450)	14.979	27.876	(19.805)	8.071	17.017
Combinação de negócios	303.452	(11.379)	292.073	-	-	-	292.073
Total	**411.644**	**(64.259)**	**347.385**	**84.815**	**(47.872)**	**36.943**	**351.534**

b. Movimentação

	Imóveis de uso próprio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Máquinas e equipamentos	Imobilização em curso	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Intangível	Total Controladora	Total Consolidado
Custo de aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**32.203**	**4.145**	**609**	**15.111**	**1.063**	**176**	**1.345**	**22.886**	**77.538**	**-**
Aquisições	-	110	-	26	197	1.943	387	4.990	7.653	-
Alienações	-	(226)	-	(143)	(7)	-	-	-	(376)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**32.203**	**4.029**	**609**	**14.994**	**1.253**	**2.119**	**1.732**	**27.876**	**84.815**	**-**
Aquisições	-	155	44	376	34	13.716	9	313.004	327.328	327.328
Alienações	-	94	264	-	(12)	-	-	-	359	359
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**32.203**	**4.278**	**917**	**15.370**	**1.275**	**15.835**	**1.741**	**340.880**	**412.502**	**412.502**
Depreciação/ Amortização										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(10.179)**	**(2.249)**	**(229)**	**(9.384)**	**(372)**	**-**	**(550)**	**(19.365)**	**(42.328)**	**(42.328)**
Depreciação/Amortização	(935)	(271)	(123)	(3.774)	(85)	-	(142)	(441)	(5.772)	(5.772)
Alienações	-	106	-	122	-	-	-	-	228	228
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(11.114)**	**(2.414)**	**(352)**	**(13.036)**	**(457)**	**-**	**(692)**	**(19.806)**	**(47.872)**	**(47.872)**
Depreciação / Amortização	(935)	(315)	(78)	(1.037)	(128)	-	(233)	(14.023)	(16.750)	(12.601)
Alienações	-	(171)	(324)	-	-	-	-	-	(495)	(495)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(12.049)**	**(2.900)**	**(754)**	**(14.073)**	**(585)**	**-**	**(925)**	**(33.829)**	**(65.117)**	**(60.968)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	**20.154**	**1.378**	**163**	**1.297**	**690**	**15.835**	**816**	**307.051**	**347.385**	**351.534**

*As Movimentações de transferência foram realizadas das contas de imobilizado em andamento para a conta de benfeitoria.

c. Intangível
Em 31 de março de 2019, a Operadora adquiriu, da Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (FESP), um negócio que contemplou: (i) carteira de aproximadamente 100 mil vidas de planos individuais, familiares e coletivos relativos à praça de São Paulo; (ii) direito a exclusividade para venda de planos individuais e coletivos, na praça de São Paulo, por 20 (vinte) anos; (iii) prestar serviços de intercâmbio para outras singulares do sistema Unimed, na praça de São Paulo por, 20 anos. O deságio foi reconhecido na rubrica "Receitas Patrimoniais".

Intangíveis na aquisição – Ativos a valor justo	303.645
(-) Valor Pago	165.000
(-) Contingências cíveis – Passivos a valor justo	43.512
(=) Deságio	95.133

10 PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a. Composição das contas de provisões técnicas (circulante e não circulante)

	2019	2018
Provisões de contraprestações		
Provisão para contraprestações não ganhas	177.136	123.174
Provisão para remissão	10.769	9.519
Subtotal	**187.905**	**132.693**
Provisões de eventos		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (i)	191.225	162.687
Provisão de eventos a liquidar para prestadores (ii)	143.857	194.469
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (iii)	489.642	338.597
Subtotal	**824.724**	**695.753**
Total	**1.012.630**	**828.446**

(i) A Cooperativa aderiu ao Programa de Regularização de Débitos não Tributários - PRD junto à Procuradoria- Geral da Receita Federal, por meio da Portaria nº 400, e à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por meio das Resoluções nº 425 e 429. Os ganhos decorrentes da redução da multa e do juro sobre as dívidas inscritas foram reconhecidos quando do deferimento do requerimento de adesão ao PRD em fevereiro de 2018, no montante de R$ 6.378 (R$ 4.925 em 2018). Por outro lado, mantém a política de pagamento em juízo dos valores do SUS e, portanto, mantém os valores em aberto acumulados.

(ii) A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços assistenciais até a data de encerramento do exercício.

11 DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a. Receita antecipada de contraprestações
Refere-se aos valores de contraprestações pecuniárias recebidas antecipadamente ao início do período de cobertura dos contratos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era zero (R$ 28.007 em 2018). A companhia alterou seus processos e passou a não receber valores de clientes antecipadamente.

b. Comercialização sobre operações
Refere-se a valores a pagar decorrentes de comissões devidas a corretores pela comercialização
de planos de assistência à saúde. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R$ 9.595 (R$ 14.244 em 2018).

12 DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Corresponde a valores a pagar à rede credenciada decorrentes de assistência à saúde prestada aos beneficiários de outras cooperativas. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R$ 53.842 (R$ 19.748 em 2018).

13 TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2019	2018	Consolidado
FGTS	1.121	859	1.121
PIS e COFINS	20.567	15.048	20.619
ISS	-	1	21
Retenções de impostos e contribuições	12.613	6.115	12.678
Total	**34.301**	**22.024**	**34.441**

(i) Impostos e Contribuições (IR, ISS, Cofins, PIS, Contribuição Social e Contribuições Previdenciária) retidos sobre serviços recebidos.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais. Os empréstimos apresentam as seguintes características:

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R$ 150.000 à taxa de juros de 1,38% a.a. + CDI. Os valores correspondem a dois empréstimos financeiros obtidos, com características de curto e longo prazo, com números de contrato 199919120005300/199919030005900, contratados em 19/12/2019 - Curto Prazo e 28/03/2019 - Longo Prazo, vencimento respectivamente em 17/12/2020 e 1º/04/2022.

				Movimentação de 2019				
Produto	Valor do Empréstimo	Encargos	Valor Justo	Apropriação de Juros	Pagamento de juros		Pagamento Valor Principal	Saldo em 2019
CCB GIRO ITAÚ	148.606	1.394	150.000	5.284	- 3.891	-	16.667	134.727

15 DÉBITOS DIVERSOS

	2019	2018	Consolidado
Obrigações com pessoal	28.309	23.279	28.314
Fornecedores	20.687	19.712	20.687
Aluguéis a pagar	3.214	1.938	3.214
Depósitos não identificados	623	6.709	623
Outros débitos a pagar	3.254	3.650	3.347
Total	**56.087**	**55.288**	**56.185**

16 PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS

	Provisões						Depósitos judiciais	
		Principal	Atualizações / multa	Reversão	pagamento	Saldo atual	2019	2018
Tributos federais (a)	6.624	155	24	(406)	-	6.397	-	-
ISS (b)	23.711	27.367	-	-	-	51.078	43.123	6.540
Trabalhistas (c)	5.556	4.167	468	(894)	(593)	8.704	4.885	3.613
Cíveis (d) / (ii)	43.219	88.165	3.995	(8.289)	(837)	126.253	59.076	40.976
Ressarcimento ao SUS (i)	-	-	-	-	-	-	136.769	93.993
Total	**79.110**	**119.855**	**4.487**	**(9.589)**	**(1.431)**	**192.432**	**243.853**	**145.122**

(i) As provisões do ressarcimento ao SUS são registradas nos grupos de provisões técnicas e soma R$ 191.226 em 2019 (R$ 162.687 em 2018).
(ii) Em 2019, na coluna "Principal" inclui o reconhecimento de contingências cíveis oriundas da aquisição de negócios conforme Nota Explicativa nº 9.

a. Tributos federais
A Operadora responde a 10 (12 em 2018) processos de natureza tributária com possibilidade de perda Provável. Para fazer face às prováveis perdas, foi constituída provisão de R$ 6.398 (R$ 6.624 em 2018).

b. ISS
Em decorrência da promulgação da Lei Complementar 157/16 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, a Cooperativa passou a apurar o Impostos sobre Serviços ("ISS") com base na legislação do município do tomador de serviço. Entretanto, em virtude da publicação da ADI 5835 em 4 de abril de 2018, os efeitos da referida Lei Complementar foram suspensos – bem como os efeitos das legislações municipais cujos termos se referem à mencionada Lei Complementar – ou seja, a Cooperativa voltou a apurar o ISS com base na legislação de residência do prestador de serviço.

Diante das interpretações controversas dos demais municípios, sem prejuízo de garantir o cumprimento da ADI, a Cooperativa optou por solicitar ao Poder Judiciário uma tutela provisória para suspender a exigibilidade dos débitos de ISS cobrados por outros municípios que não o de São Paulo e possibilitar o pagamento do ISS por meio de depósito judicial.

Contudo, devido a dificuldade operacional para viabilizar o recolhimento do valor incontroverso, além das indefinições sobre o local de incidência do tributo, o valor do ISS devido no ano de 2019 foi apurado e os recolhimentos foram realizados por meio de depósitos judiciais.

c. Trabalhistas
A Operadora responde a 143 (336 em 2018) processos de natureza trabalhista, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída uma provisão de R$ 8.704 (R$ 5.556 em 2018) referente a 143 processos avaliados com risco de perda provável. A Cooperativa não possui processos avaliados com risco de perda possível (R$ 2.659 em 2018).

d. Cíveis
A Operadora responde a processos de natureza cível, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão de R$ 82.740 (R$ 43.219 em 2018) para 5.667 processos (4.843 em 2018) classificados como risco provável. A Operadora também responde a 3.175 processos (3.581 em 2018) avaliados com risco de perda possível no montante de R$ 68.214 (R$ 44.490 em 2018).

A Operadora também responde a processos de natureza cível, advinda da aquisição de negócios com a Unimed FESP (vide nota explicativa 9c), os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, o valor justo desses passivos foi avaliado, na data da transação, no montante de R$ 43.512, correspondendo a 2.446 processos.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social
O capital social subscrito é composto por 1.854.934 quotas-partes (1.180.717 quotas-partes em 2018), com valor unitário de R$ 100,00.

O capital a integralizar é composto por 161 quotas-partes (161 quotas-partes em 2019).
A quota-parte é indivisível, intransferível a não filiadas e não poderá ser negociada de modo algum, nem ser oferecida em garantia. O número de associadas é 323 (326 em 2018).

b. Reservas
A Reserva legal é destinada a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades, sendo constituída por, no mínimo, 10% do resultado do ato cooperativo. A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) destina-se à prestação de assistência às associadas e é constituída por valor correspondente a 5% do resultado do ato cooperativo e 100% do resultado do ato não cooperativo, na forma do art. nº 28 da Lei nº 5.764/71 e de acordo com o estabelecido no art. nº 58 do estatuto social. A Reserva para Contingências é destinada a reparar perdas fiscais e será mantida até que ocorra o desembolso financeiro das razões que justificaram a sua constituição.

c. Destinação das sobras
A sobra líquida do exercício, após as deduções dos fundos obrigatórios, será submetida à deliberação da Assembleia Geral, que poderá destiná-la às associadas, como retorno líquido, a aumento do capital social ou às reservas. Em 2019, a Assembleia Geral Ordinária, decidiu por destinar R$ 145.753 das sobras do exercício social de 2018 da seguinte forma: R$ 76.000 para o Fundo de Contingência Regulatória Extraordinária e R$ 69.753 como juros de capital próprio, conforme Lei 5.764/76, art. 24, parágrafo 3.

d. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência
A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela RDC nº 39/00 e alterações posteriores, enquadra a Operadora como Cooperativa Médica, Segmento Secundário Principal (SSP) e Região de Atuação 1. Conforme o estabelecido na RN nº 209/09 e alterações posteriores da ANS, o Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido, ajustado por efeitos econômicos na forma do disposto na Instrução Normativa nº 50/12. O PMA é calculado a partir da multiplicação do fator "K", observando a tabela do Anexo I da RN nº 209/09 e o TAC* datado de 2015. A Administração mantém patrimônio líquido ajustado superior ao exigido, como se segue:

Patrimônio líquido ajustado conforme IN nº 50/12

Patrimônio líquido	**995.749**
	-
(-) Despesas diferidas	(41.787)
(-) Despesas antecipadas	(14.336)
(-) Ativo Intangível	(307.051)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**632.575**

A margem de solvência, conforme determinado pela RN nº 209/09 e alterações posteriores, foi apurada utilizando o critério de 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido mais 10%** dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, por ser o maior valor, entre os dois critérios estabelecidos na referida Resolução.

Margem de solvência	**2019**
A - 0,20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	503.682
B - 0,33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	664.087
C - Margem de solvência (maior entre A e B)	**664.087**
Margem de solvência - diferimento até 2027	664.087
D - M.S. parcela mínima 2.027 – 64,921%	**431.133**
(=) Suficiência (PLA – D)	**201.441**

*Em função da portabilidade da carteira da Unimed Paulistana e baseada no disposto na RN nº 384/15 - Capítulo II, Seção I, Artigo 4º, Item II, a Central Nacional Unimed assinou Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta em 25 de setembro de 2015, que em seu Artigo 2º, Parágrafo 2.4, Item II, estabelece: "recalcular a necessidade de Margem de Solvência da Operadora e estender seu diferimento por mais cinco anos, além do previsto na RN nº 209/09".

**De acordo com o preconizado na RN nº 209/09, em seu Artigo 6º, Parágrafo 1º, as operadoras poderão substituir o percentual ponderador de 50% dos eventos em modalidade de preço pós-estabelecido pelo percentual de inadimplência médio verificado pela operadora nos 12 (doze) meses anteriores à data de sua apuração, limitados a 10%, no mínimo, desde que demonstrado e autorizado pela DIOPE.

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Operadora mantém operações com entidades integrantes do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed, sendo as principais:

a. A Operadora paga à Unimed do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, representante institucional do Sistema Unimed, contribuição confederativa mensal que totalizou, em R$ 6.758 (2018 R$ 5.268).

b. O seguro de vida dos colaboradores da operadora, conselheiros, diretores são contratados com a Unimed Seguradora S.A. Os custos deste produto foram de R$ 971 (R$ 403 em 2018), classificados em "Outras despesas operacionais". O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 4 (R$ 8 em 2018).

c. Parcela significativa do atendimento médico prestado aos beneficiários dos planos de assistência à saúde da Operadora é efetuada pelas cooperativas associadas integrantes do Sistema Cooperativo Unimed. Em 2019, esses atendimentos atingiram o montante de R$ 3.190.726 (R$ 2.587.776 em 2018).

d. Remuneração dos administradores
A estrutura administrativa da Operadora compreende a Diretoria e o Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, sendo permitida uma reeleição. O Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, composto por dezoito membros eleitos por Assembleia Geral, é um colegiado de gestão participativa nos assuntos técnicos e operacionais do desenvolvimento da Cooperativa. O mandato do Conselho Administrativo, Técnico e Operacional coincide com o da Diretoria.

A remuneração a esses Administradores totalizou o montante de R$ 8.650 (R$ 8.191 em 2018) e está dividida em pró-labore dos Diretores: R$ 6.546 (R$ 6.258 em 2018); valor devido à presença dos Conselheiros: R$ 2.104 (R$ 1.933 em 2018), Adicionalmente é concedido como benefícios aos administradores previdência social: R$ 1.090 (R$ 1.608 em 2018), assistência médica dos Diretores: R$ 283 (R$ 339 em 2018); e seguro de vida e acidentes pessoais dos Diretores: R$ 19 (R$ 20 em 2018).

Cargo na operadora	Parte relacionada	Cargo na parte relacionada
Diretor Presidente	Federação do Espírito Santo	Presidente
Diretor de Atenção a Saúde	-	-
Diretor Administrativo e Financeiro	Unimed Porto Alegre	Conselho de Administração
Diretor Comercial e Marketing	Unimed Goiânia	Diretor Financeiro
Diretor Técnico Operacional	Unimed Poços de Caldas	Conselho de Administração
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Federação Santa Catarina	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Goiânia	Diretor de Planejamento e Controle
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Nordeste/RS	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Fortalezal	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Porto Alegre	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Campina Grande	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Juiz de Fora	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Federação Mato Grosso do Sul	Diretor Administrativo
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Belo Horizonte	Diretor de Provimento em Saúde
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Sorocaba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Rio Claro	Diretor Administrativo
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Campinas	Conselho de Administração
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Vitória	Diretora de Recursos Próprios
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Londrina	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Brasil	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Curitiba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Cuiabá	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Uberlândia	Presidente CA

19 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Contraprestações líquidas

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Planos individuais e familiares	301.326	125.377	301.326
Planos coletivos (pré e pós)	3.875.442	2.826.576	3.875.442
Total Faturamento Contraprestações Líquidas	**4.176.768**	**2.951.953**	**4.176.768**

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
PIS	(9.706)	(4.911)	(9.706)
COFINS	(59.728)	(30.217)	(59.728)
ISS*	(27.368)	(21.912)	(27.368)
ISS retido por terceiros	–	(1.408)	–
Total	**(96.802)**	**(58.448)**	**(96.802)**

c. Eventos indenizáveis líquidos

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Intercâmbio	(1.294.623)	(983.621)	(1.294.623)
Rede credenciada	(1.830.478)	(1.195.981)	(1.830.478)
Reembolsos a usuários	(28.711)	(15.066)	(28.711)
Ressarcimento ao SUS	(36.915)	(37.355)	(36.915)
Total eventos conhecidos ou avisados	**(3.190.727)**	**(2.232.023)**	**(3.190.727)**
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(151.045)	(2.700)	(151.045)
Total eventos indenizáveis líquidos	**(3.341.772)**	**(2.234.723)**	**(3.341.772)**

d. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora

	Controladora		Consolidado
Outras receitas operacionais	**2019**	**2018**	**2019**
Receitas de prestação de serviços de intercâmbio	513.266	185.552	513.266
(-) Deduções das receitas	(11.613)	(9.501)	(11.613)
Outras receitas operacionais	2.926	2.023	4.232
Total Outras receitas operacionais	**504.579**	**178.074**	**505.885**

e. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Confecção de carteiras	(1.585)	(1.249)	(1.585)
Despesas com cobrança	(57)	(805)	(57)
Encargos sociais	(965)	(480)	(965)
Despesas c/ remoções e Home Care	(36.310)	(11.969)	(36.310)
Seguros	(971)	(403)	(5.076)
Programa de promoção à saúde	(11.446)	(2.452)	(11.446)
Transporte de guias médicos e carteiras	–	(926)	–
Acordo Operacional com Unimeds Prestadoras	(15.529)	(7.031)	(15.529)
Provisões para contingências cíveis	(8.080)	(21.275)	(8.080)
Despesas Judiciais Operacionais	(32.564)	(29.111)	(32.564)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.826)	16.062	(1.826)
Outras	(35.023)	(734)	(30.918)
Total	**(144.356)**	**(60.373)**	**(144.356)**

f. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora. Correspondem aos atendimentos prestados aos beneficiários de outras cooperativas – Intercâmbio Eventual

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Despesas de prestação de serviços médicos e hospitalares	–	–	(5.702)
Despesas de prestação de serviços de intercâmbio	(515.382)	(178.550)	(515.382)
(-) Deduções das despesas	141.899	9.596	141.899
Total despesas de prestação de serviços de intercâmbio	**(373.483)**	**(168.954)**	**(379.185)**

g. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado
Despesas administrativas	**2019**	**2018**	**2019**
Despesas com pessoal	(218.366)	(187.730)	(218.366)
Serviços de terceiros	(94.152)	(74.996)	(94.152)
Localização e funcionamento	(58.455)	(31.396)	(58.455)
Despesas com publicidade e propaganda	(14.564)	(4.903)	(14.564)
Despesas com contribuições e donativos	–	(7.589)	–
Tributos – taxa de saúde suplementar	(3.052)	(105)	(3.052)
Seminários, congressos e simpósios	(3.525)	(2.605)	(3.525)
Multas e acréscimos moratórios	(44.259)	(27.443)	(44.259)
Outras	(11.365)	(2.427)	(19.412)
Total	**(447.738)**	**(339.194)**	**(455.785)**

h. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Receitas financeiras			
Receitas com títulos privados	**9.707**	**15.574**	**9.707**
Valor justo por meio do resultado	4.880	839	4.880
Disponível para venda	35	12.858	35
Até o vencimento	4.792	1.877	4.792
Receitas com títulos públicos	**7.340**	**6.230**	**7.340**
Valor justo por meio do resultado	–	299	–
Até o vencimento	7.340	5.931	7.340
Receitas com fundos de investimento	**43.064**	**38.465**	**43.064**
Valor justo por meio do resultado	43.064	38.465	43.064
Atualização dos créditos tributários	10	215	10
Juros por recebimentos em atraso	11.940	9.772	11.940
Outras receitas financeiras	31.643	1.471	31.651
Total	103.704	71.727	103.712
Despesas financeiras			
Despesas c/ empréstimos e financiamentos	(5.284)	(7)	(5.284)
Juros e multas s/ tributos	(1.683)	(1.158)	(1.683)
Pagamentos em atraso	(1.375)	(354)	(1.375)
Descontos concedidos	(13.896)	(2.077)	(13.896)
Despesas bancárias	(2.291)	(867)	(2.291)
Outras	–	(19)	(5)
Total	**(24.529)**	**(4.482)**	**(24.534)**
Resultado financeiro líquido	**79.175**	**67.245**	**79.178**

i. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Resultado Patrimonial de Investimentos	6.052	710	6.052
Ganho por Compra Vantajosa (Deságio)	95.947	–	95.947
Outras Receitas Patrimoniais	–	–	8.237
Total de Receitas	**101.999**	**710**	**110.236**
			–
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.514	–	–
Total de Despesas	**17.514**	**–**	**–**
Resultado Patrimonial	**84.484**	**710**	**110.236**

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Sobra do exercício, antes dos impostos e depois as participações	**288.907**	**207.909**	**288.907**
(-) Sobras de atos cooperativos	(313.201)	(176.073)	(313.201)
(=) Resultado de atos não cooperativos, antes dos impostos	**(24.374)**	**31.836**	**(24.374)**
Adições	**117.817**	**112.575**	**117.817**
Variação das provisões técnicas	409		409
Receitas de aplicações financeiras	40.435	43.453	40.435
Resultado patrimonial	1.325	–	1.325
Despesas equivalência patrimonial	17.510	–	17.510
Provisão ressarcimento ao SUS	36.915	37.355	36.915
Provisão de contingências – ISS	–	6.114	–
Provisão de contingências – PIS e COFINS	–	8	–
Provisão para perdas sobre créditos	1.670	–	1.670
Despesas não dedutiveis – Administrativas	15.312	–	15.312
Participações no resultado	4.239	–	4.239
Outras	–	25.645	–
Exclusões	**(16.755)**	**(4.482)**	**(16.755)**
Variação das provisões técnicas	(409)		(409)
Receitas equivalência patrimonial	(6.367)	–	(6.367)
Pagamentos – ressarcimento ao SUS	(8.982)	(4.482)	(8.982)
Despesas Administrativas	(997)	–	(997)
Subtotal	**76.688**	**139.929**	**76.688**
Compensação de base negativa	(23.006)	(40.652)	(23.006)
Base de cálculo	**53.681**	**99.277**	**53.681**
Imposto de renda alíquota 15%	(8.052)	(14.228)	(8.052)
Imposto de renda adicional de 10%	(5.344)	(9.461)	(5.344)
PAT	111	93	111
Lei de Incentivos	483	120	483
Contribuição social alíquota 9%	(4.831)	(8.537)	(4.831)
Tributos correntes	**(17.634)**	**(32.013)**	**(17.634)**
Alíquotas efetivas	**-6%**	**-15%**	**-6%**

A Operadora possui créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social não constituídos no valor de R$ 57.218, (R$ 65.040 em 2018). Esses créditos tributários são decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores até 2016.

20 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS – NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE ITG 2004/17

As receitas e despesas de atos não cooperativos são determinadas a partir dos pagamentos a título de eventos indenizáveis a médicos credenciados, clínicas, laboratórios, hospitais e atendimentos de emergências, os quais não fazem parte do sistema Unimed. Considerando a representatividade das despesas de atos não cooperativos sobre os totais de eventos indenizáveis, deduzidos das respectivas recuperações, foi apurado o percentual de 32,73% (27,90% em 2018), o qual foi utilizado para ratear as receitas e os demais custos.

	2019			2018		
	Total	**Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios**	**Ato não cooperativo/ receitas/ despesas**	**Total**	**Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios**	**Ato não cooperativo/ receitas/ despesas**
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	**4.174.290**	**1.911.256**	**2.263.035**	**2.891.215**	**1.473.539**	**1.417.677**
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	**4.271.092**	**1.999.099**	**2.271.993**	**2.949.663**	**1.518.643**	**1.431.020**
Contraprestações líquidas	4.272.342	1.999.940	2.272.402	2.951.953	1.520.294	1.431.659
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(1.250)	(841)	(409)	(2.290)	(1.651)	(639)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(96.802)	(87.844)	(8.958)	(58.448)	(45.105)	(13.343)
Eventos indenizáveis líquidos	**(3.856.514)**	**(1.760.952)**	**(2.095.562)**	**(2.234.723)**	**(990.327)**	**(1.244.396)**
Eventos conhecidos ou avisados	(3.705.469)	(1.659.348)	(2.046.121)	(2.232.023)	(988.380)	(1.243.643)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(151.045)	(101.604)	(49.441)	(2.700)	(1.947)	(753)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	**317.777**	**150.304**	**167.473**	**656.492**	**483.212**	**173.280**
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	**3.545**	**2.190**	**1.355**	3.350	2.143	1.207
Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	**1.014.249**	**1.005.923**	**8.326**	**178.073**	**175.872**	**2.201**
Ingressos/receitas com operações de assistência médico-hospitalar	949.546	943.809	5.737	176.051	175.481	569
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual – Assistência Médico-Hospitalar	61.777	61.412	365	–	–	–
Outros ingressos/receitas operacionais	2.926	702	2.224	2.023	391	1.632
Outros dispêndios/despesas operacionais com planos de assistência à saúde	**(144.356)**	**(89.490)**	**(54.866)**	**(60.372)**	**(43.181)**	**(17.191)**
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(131.084)	(88.177)	(42.907)	(73.983)	(52.994)	(20.988)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(11.446)	(85)	(11.361)	(2.452)	(1.768)	(684)
(-) Recuperação de outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde	–	–	–	–	–	–
Provisão para perdas sobre créditos	(1.826)	(1.228)	(598)	16.062	11.581	4.482
Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	**(463.985)**	**(425.266)**	**(38.720)**	**(168.954)**	**(168.954)**	**–**
Resultado bruto	**727.230**	**643.661**	**83.569**	**608.589**	**449.092**	**159.498**
Dispêndios/despesas de comercialização	(141.294)	(95.045)	(46.249)	(122.428)	(88.269)	(34.158)
Dispêndios/despesas administrativas	(447.738)	(301.062)	(146.676)	(339.194)	(225.414)	(113.780)
Resultado Operacional, antes do resultado financeiro e patrimonial	**138.198**	**247.554**	**(109.356)**	**146.968**	**135.408**	**11.559**
Resultado financeiro líquido	**79.175**	**53.259**	**25.916**	**67.245**	**48.298**	**18.947**
Receitas financeiras	103.704	69.759	33.945	71.727	51.714	20.013
Despesas financeiras	(24.530)	(16.501)	(8.029)	(4.482)	(3.416)	(1.066)
Resultado patrimonial	**84.484**	**21.100**	**63.385**	**4.283**	**–**	**4.283**
Receitas patrimoniais	101.999	32.878	69.121	4.440	–	4.440
Despesas patrimoniais	(17.514)	(11.779)	(5.736)	(157)	–	(157)
Resultado antes dos impostos e participações	**(30.583)**	**(8.711)**	**(21.872)**	**218.496**	**183.706**	**34.789**
Imposto de renda	(12.802)	–	(12.802)	(23.477)	–	(23.477)
Contribuição social	(4.831)	–	(4.831)	(8.537)	–	(8.537)
Participações no resultado	(12.950)	(8.711)	(4.239)	(10.586)	(7.634)	(2.953)
Sobra líquida do exercício	**271.274**	**313.202**	**-41.928**	**175.895**	**176.073**	**(177)**

21 CONCILIAÇÃO ENTRE A SOBRA LÍQUIDA E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Conciliação entre a sobra líquida e o fluxo de caixa das atividades operacionais

	2019	**2018**	**Consolidado**
Sobra líquida do exercício	**271.274**	**175.895**	**266.779**
Ajustes para:			
(+) Equivalência patrimonial	17.793	(4.421)	17.793
(-) Ganhos com investimentos	(102.220)	–	(102.220)
(-) Pró-labore Unimed Participações	(22)	(26)	(22)
(-) Resultado dos ativos imobilizados baixados	(57)	(100)	(57)
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(5.103)	(16.062)	(5.103)
(+) Depreciação e amortização	17.174	5.768	17.174
(+) Variação das provisões técnicas	186.710	34.789	186.710
(-) Variação das despesas diferidas	(29.416)	(2.700)	(29.416)
(+) Variação das provisões para contingências	124.213	51.055	124.213
Total	**209.072**	**68.303**	**209.072**
(Acréscimo) / Decréscimo de ativos			
Aplicações financeiras	(160.129)	(130.760)	(160.129)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(69.820)	(150.008)	(69.820)
Créditos de oper. de assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	(223.840)	60.480	(220.262)
Outros valores e bens – curto prazo	(65.552)	(4.526)	(65.552)
Outros valores e bens – longo prazo	(113.870)	(38.781)	(76.681)
Total Variações Ativas	**(633.211)**	**(263.595)**	**(592.443)**
Acréscimo / (Decréscimo) de passivos			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(2.525)	(48.496)	(2.525)
Débitos de operações de assistência à saúde	(123.086)	170.137	(129.989)
Débitos de oper. de assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	34.094	(64.328)	34.094
Tributos	27.352	(7.555)	27.352
Outros débitos – curto prazo	85.481	26.359	73.102
Outros débitos – longo prazo	43.860	(45)	43.860
Total Variações Passivas	**65.176**	**76.072**	**45.894**
Caixa líquido das atividades operacionais	**(87.689)**	**56.675**	**(70.698)**

22 INFORMAÇÕES SOBRE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA E CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA

CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Preestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	(21.795)	(1.600.733)	–	–
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	(6.991)	–	–	–
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	–	–	–	–
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	(130.129)	–	–	–
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	(20.297)	–	–	–
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(2.121.290)	–	–	–
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	–			
2.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	–	–	–	(615.591)
2.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	–	–	–	–
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	–	–	–	–
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	–	–	–	–
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	–	–	–	–
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	–	–	(427.164)	–
Total	**(2.300.501)**	**(1.600.733)**	**(427.164)**	**(615.591)**

EVENTOS / SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	–	–	–	–
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	–	–	–	–
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	–	–	–	–
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	–	–	–	–
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	–	–	–	–
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	–	–	–	–
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	24.945	–	1.484	1.330
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido			–	–
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	–	–	–	–
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	–	–	–	–
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	–	–	–	–
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	946.842	–	955.030	647.839
Total	**971.787**	–	**956.514**	**649.169**

23 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de janeiro de 2020, a Central Nacional Unimed estabeleceu parceria estratégica com o Grupo Oncoclínicas, cujo objeto será oferecer serviço de referência em toda a linha de cuidado no tratamento oncológico aos beneficiários da cooperativa. Os serviços assegurados pela parceria contemplam beneficiários adultos da Central Nacional Unimed em São Paulo, Brasília e Salvador e aqueles da carteira de intercâmbio entre Unimeds cujos planos preveem atendimento nessas capitais.

* * *

DIRETORIA

Dr. Alexandre Augusto Ruschi Filho
Diretor-Presidente

Dr. Antonio Abrão Nohra Neto
Diretor de Atenção à Saúde

Dr. Márcio Pizzato
Diretor-Administrativo e Financeiro

Dr. Sizenando da Silva Campos Junior
Diretor-Comercial e Marketing

Dr. Paulo César Januzzi de Carvalho
Diretor-Técnico Operacional

ATUÁRIO

Eduardo de Souza Schuch
Atuário MIBA 1.500

CONTADOR

Jeferson Correa Santos
CRC ES-013310/O

ANS - nº 339679